

REVISITANDO AS CARNEIRADAS: Os irmãos Machado Rios e as disputas políticas em Pernambuco (1834-1835)

Manoel Nunes Cavalcanti Junior*
Instituto Federal da Bahia

Resumo: O impacto da abdicação de Pedro I em Pernambuco provocou uma reviravolta na política provincial, gerando novos conflitos entre as facções que lutavam pelo poder local. As Carneiradas, ocorridas em 1835, foram um reflexo desta disputa. O objetivo deste artigo é analisar as Carneiradas dentro da perspectiva de luta entre as facções políticas da província, buscando identificar o que elas revelam de elementos caracterizadores das relações entre as elites políticas da época.
Palavras-chave: Período Regencial, relações de poder, política partidária.

Abstract: The impact of the abdication of Pedro I in Pernambuco caused a overturn in the provincial politics, generating new conflicts between the factions struggling for local power. The Carneiradas, that occurred in 1835, were a repercussion of this dispute. The objective of this article is to analyze the Carneiradas from the perspective of the fight between the province's political factions, trying to identify what they reveal about the elements which characterizes the relationship between the political elites of that time.

Keywords: Regency Period, power relations party politics.

O major de Legião da Guarda Nacional Antônio Prisco da Fonseca Carneiro morava em uma casa localizada no Largo do Terço, região da freguesia de Santo Antônio do Recife também conhecida como Campo dos Canecas. Na manhã do dia 21 de janeiro de 1835, ele se dirigia ao Palácio do Governo a fim de atender a uma ordem de convocação da presidência da província. Ao pôr os pés na rua se deparou com uma porção de gente armada que ali se reunia. Segundo o seu relato, o líder daquele grupo, “furioso e respirando só vinganças”, deu-lhe ordens para que o acompanhasse. O major Antônio Prisco confessou-se mais tarde um covarde para tentar justificar sua participação nos eventos que se seguiriam. Diria ele que lhe faltou coragem, “dote que a natureza não deu a todos”, para se negar a acompanhar o grupo.¹

O líder daquele ajuntamento era Francisco Carneiro Machado Rios, que ao lado do seu irmão, Antônio Carneiro Machado Rios, encabeçou os eventos que ficariam conhecidos pelo sobrenome da família: as Carneiradas. Foi Alfredo de Carvalho, em 1908, quem primeiro tentou classificar as ações políticas destes irmãos e o motim promovido por eles. Considerou-os “typos acabados de aventureiros políticos”. A exemplo de iguais caudilhos que poderiam ser encontrados pelo restante da América Latina, os Machado Rios utilizavam dos pronunciamentos militares e eram alçados à condição de salvadores da pátria por quatro fatores: a anarquia reinante, exemplos de sucesso de alguns precursores, o comando acidental

de grupos de homens armados e a “descompassada vaidade nativa”. As intervenções dos Carneiros seriam sempre derrotadas e de caráter desorganizador.² Outra análise foi feita por Mário Márcio de Almeida Santos. Sua linha de pensamento é muito parecida com a de Alfredo de Carvalho. Partindo das condições socioeconômicas do Recife da década de 1830, considerou os Carneiros como “demagogos”, homens que se aproveitavam daquelas condições para despertar entre os homens livres pobres “vagos sonhos de poder e esperança de justiça”. As Carneiradas seriam, assim, expressão de movimentos políticos sem ideologia, rudimentares e pré-políticos.³ No entanto, quando aqueles motins de 1835 são analisados dentro do contexto mais amplo de lutas entre as facções políticas da época, percebe-se que tiveram um grau de complexidade muito maior do que o presumido por Alfredo de Carvalho e Mário Márcio. São ricas fontes para se perceber as sutis estratégias utilizadas pelas elites locais no jogo do poder em Pernambuco.

As Carneiradas foram o ápice de uma tensa disputa entre os liberais moderados e exaltados pernambucanos. Se o 1º Reinado em Pernambuco foi caracterizado politicamente pela luta entre centralistas e federalistas, a abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831, produziu uma reviravolta no poder provincial: os antigos centralistas perderam espaços no tabuleiro político, se subdividindo entre as facções dos Cavalcanti e dos restauradores. Os liberais federalistas, por sua vez, assumiram as rédeas do poder provincial. O problema é que estes liberais pernambucanos seguiram a tendência do que aconteceu na Corte e se dividiram, surgindo os liberais moderados (também conhecidos como *chimangos*) e exaltados locais. Da mesma forma, assim como o poder no Império ficou sob o controle dos moderados, estes também herdaram o controle do governo provincial.

Os irmãos Machado Rios se tornaram importantes lideranças entre os exaltados pernambucanos. Consideravam-se herdeiros dos ideais de 1817 e 1824, vivendo às turras com os moderados desde o início da Regência. As Carneiradas foram, basicamente, um levante promovido para derrubar da presidência da província um dos ícones da Confederação de 1824, Manoel de Carvalho Paes de Andrade. O curioso é que apenas um ano antes, em janeiro de 1834, a relação entre Paes de Andrade e os exaltados era totalmente diferente. Ele havia retornado do seu exílio em dezembro de 1831, provocando comoção popular e festejos que duraram por dias seguidos. Politicamente se integrou à Sociedade Federal, em torno da qual se reuniam os exaltados pernambucanos, e passou a presidi-la ainda no início de 1832. Seu prestígio pôde ser medido pelo fato de, ainda em 1832, ter sido eleito como o mais bem votado dos membros do Conselho de Governo da província para o triênio 1833-1835. Além

disso, os paraibanos o colocaram na lista tríplice para uma vaga ao senado por aquela província e acabou sendo o escolhido pela Regência.⁴

O prestígio de Paes de Andrade e sua proximidade com os exaltados o levaram à presidência da província de Pernambuco em janeiro de 1834. Aproveitando o recrudescimento da Guerra dos Cabanos, que desde 1832 vinha assolando a região das matas na divisa entre Pernambuco e Alagoas, os exaltados promoveram um golpe para derrubar o então presidente Francisco de Paula Almeida e Albuquerque. Desembargador da Relação e deputado geral de segundo mandato, o pernambucano Paula de Almeida havia assumido aquele cargo em 6 de dezembro de 1833, mas sem sustentação política. Apesar do parentesco com os Cavalcanti, sua nomeação não foi do agrado de seus poderosos parentes. Tais laços familiares, por sua vez, o incompatibilizavam com os liberais moderados e exaltados, adversários históricos daquela família. Esta fraqueza o fez cair com a primeira crise enfrentada, não o deixando completar sequer dois meses à frente da presidência.

Os exaltados utilizaram a comoção provocada pela interceptação de cartas vindas do Rio de Janeiro para levar adiante o golpe. Eram cartas do general Abreu e Lima para o seu irmão Luiz Roma, onde articulavam ações conjuntas entre os restauradores da corte e os restauradores locais, dando conta também do envio de reforço militar do Rio de Janeiro para os cabanos.⁵ Na manhã do dia 16 de janeiro de 1834, guardas nacionais dos Batalhões de Olinda e das freguesias de Santo Antônio, Boa Vista e do Recife se reuniram no Campo dos Canecas (Largo de Nossa Senhora do Terço). Estavam sob a liderança dos irmãos Francisco e Antônio Carneiro Machado Rios, então tenentes coronéis dos Batalhões da Guarda Nacional dos bairros de Santo Antônio e Boa Vista, respectivamente. A falta de firmeza de Paula Almeida permitiu que a manifestação aumentasse e inviabilizou a tomada de medidas repressivas. O motim era veladamente incentivado por pessoas influentes. O comandante da Legião do Recife não fez esforço algum para que seus subordinados dispersassem o ajuntamento. Era ele justamente Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Os guardas nacionais também contavam com a proteção de praticamente todos os juizes de paz.⁶ Eles redigiram um manifesto aos “dignos e livres pernambucanos”, apresentando como uma de suas reivindicações que todos os portugueses, brasileiros natos e adotivos, tidos pela opinião pública como restauradores e coniventes com os “salteadores” de Panelas e Jacuípe, fossem removidos para a ilha de Fernando de Noronha.⁷

Sem conseguir dissolver o ajuntamento e carente de apoio político, Paula Almeida deu parte de doente no dia 17 de janeiro e entregou a presidência ao Conselheiro mais votado, o

vice-presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade.⁸ O plano dos irmãos Machado Rios a princípio foi um sucesso. Eles conseguiram derrubar o presidente da província e colocaram no lugar o aliado Manoel de Carvalho, que começou a sua administração naquele mesmo dia. Contudo, no poder, Manoel de Carvalho se mostrou bem mais moderado que o exaltado de outrora. Se os Machado Rios planejaram governar junto com o novo presidente, em um curto espaço de tempo suas expectativas foram frustradas.

Os Carneiros e seus correligionários esperavam ter os seus interesses atendidos através do acesso ao poder. Em outras palavras, desejavam conquistar cargos. Estar bem inserido na máquina governamental representava a possibilidade de ganhos materiais e exercer influência sobre um grande número de pessoas. Sobre a primeira questão, Paulo Henrique Cadena demonstrou em seu estudo que a política gerava dividendos, e um bom dividendo.⁹ Antônio Carneiro estava envolvido com obras públicas desde, pelo menos, 1832. Em sessão da Câmara Municipal do Recife de 3 de março do mesmo ano, ele foi autorizado a receber dos cofres públicos a quantia de 98\$220 réis por parte da obra na ponte da Madalena, da qual era arrematante. Já em 1835, seus adversários o acusavam de ter recebido mais de seis contos de réis e não ter feito praticamente nada naquela obra.¹⁰ Sem falar que a riqueza herdada pelos Machado Rios estava entrando em declínio neste período, fato não negado por eles: não diminuía com “jogos, bebedeiras, e Inglesas, mas sim com socorros que desde 17 prestam a aquelas pessoas, que são reduzidas a indigência pelo chimanguismo...”¹¹

No que diz respeito à influência sobre outros, os irmãos procuraram fortalecer posições na linha de comando da Guarda Nacional. Mais especificamente na tropa destacada para ir combater os cabanos. Inicialmente eles conseguiram tirar de Manoel de Carvalho a nomeação para comandar um dos Batalhões Expedicionários (Francisco Carneiro) e de toda a tropa (Antônio Carneiro). O problema ocorreu porque o ego de ambos se chocou com o dos outros comandantes que já estavam no teatro da guerra. Antônio e Francisco, na verdade, gostavam mais de comandar e eram difíceis no que dizia respeito a receber ordens.

Isso foi demonstrado assim que os irmãos Carneiro chegaram na região do conflito. Instalado no Quartel de Limeiras, Antônio escreveu uma proclamação aos habitantes de Panelas e Jacuípe no dia 9 de março de 1834. Sua empáfia ficava evidente, visto não ser ele o comandante em chefe das Forças em Operação (posto ocupado por Joaquim José Luiz de Souza) e estar lá o presidente da província. Nesta proclamação ele se apresentou como um patricio, “cujo nome talvez vos não seja incógnito desde 1824”. Deu um prazo de 48 horas para que se apresentassem com as armas descarregadas no seu quartel, com um ramo verde no

chapéu como símbolo da paz. Assim estariam isentos dos castigos que mereciam pelos crimes cometidos. Caso contrário, “sereis caçados no recinto dos vossos bosques, e espingardeados como lobos sedentos de nosso sangue”.¹²

Passaram-se alguns meses e o conflito até então latente finalmente estourou em outubro. O tenente coronel Antônio Carneiro entrou em choque com o comandante em chefe das Forças de Água Preta, Joaquim José Luiz de Sousa, ao criticar algumas de suas ações. Dentre elas estava a nomeação de Comissões Militares contra autoridades legítimas. Segundo Antônio Carneiro, tais Comissões passavam por cima da autoridade dos juizes de paz nas localidades e agiam de forma autoritária, provocando a desunião no combate aos cabanos. Depois de uma troca de ofícios desaforados entre os dois oficiais, a presidência entrevistou em 14 de novembro, ordenando que Antônio regressasse ao Recife juntamente com os guardas nacionais que estavam sob o seu comando.¹³ Foi este um dos principais fatores que levaram ao crescente afastamento dos irmãos Carneiros em relação ao presidente: nos embates entre autoridades na guerra, Manoel de Carvalho não lhes deu suporte.

Pode-se dizer que desde meados do ano Manoel de Carvalho já sustentava sua presidência com o apoio dos moderados locais. Sua confirmação no cargo, dada pela Regência em 22 de fevereiro, destacava seus “distintos merecimentos, patriotismo, adesão à Sagrada causa deste Império, e mais qualidades recomendáveis, que concorrem na vossa pessoa”.¹⁴ O exaltado havia sido devidamente amansado. Enquanto as relações entre os Carneiros e o presidente iam se deteriorando, a oposição tomava forma e se articulava. Houve uma aproximação entre os exaltados deixados à beira da estrada por Manoel de Carvalho e o grupo dos Cavalcanti e dos restauradores de Araújo Lima. Esta oposição atuava em duas frentes. Na Corte, os Cavalcanti lideravam as acusações e insultos feitos na Câmara dos Deputados contra o governo provincial. Em Pernambuco começaram a planejar a retirada à força de Manoel de Carvalho da presidência.¹⁵

O retorno dos irmãos Machado Rios para a capital aumentou o clima de conspiração e deu ímpeto às tramas para a deposição do presidente. Os Carneiros passaram a usar sua influência sobre os guardas nacionais do Recife para tentar reeditar a reunião de janeiro que depôs Paula Almeida. Vale lembrar que, se Manoel de Carvalho caísse, quem assumiria a presidência interinamente seria um Cavalcanti, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o futuro Visconde de Suassuna, membro do Conselho do Governo e um dos cabeças da facção que se unira aos exaltados na oposição ao governo.¹⁶

Para concretizar os seus intentos, os Machados Rios aproveitaram a polêmica em torno da nomeação do novo comandante das Armas de Pernambuco. Em setembro de 1834, a Regência nomeou o tenente coronel Antônio Correio Seara como novo titular do cargo, substituindo o tenente coronel José Joaquim Coelho (futuro Barão da Vitória). O problema era o passado de Seara: em 1824 se destacou pela forma violenta como perseguiu os confederados. Outra característica do novo comandante eram as suas constantes mudanças de lado político. Em 1824 era tido como federalista e acabou aderindo aos apoiadores de Pedro I. Durante o 7 de abril de 1831, no Rio de Janeiro, à frente do Batalhão sob seu comando renovou sua fidelidade ao imperador, mas vendo que a causa era perdida tomou o partido da Revolução. Como comandante das Armas do Pará, se uniu aos liberais exaltados locais que faziam oposição ao Governo e assim foi eleito deputado geral. Na Câmara dos Deputados ainda tornou a mudar, servindo à maioria moderada. Sua recompensa teria sido a nomeação para o Comando das Armas de Pernambuco.¹⁷

Isso provocou uma forte reação no Recife contra a nomeação de Seara. Os moderados que davam sustentação a Manoel de Carvalho chamavam a atenção para a incompatibilidade entre o presidente, líder em 1824, e Seara, seu antigo algoz. Mesmo chegando ao Recife em 27 de novembro, Seara viu sua posse inviabilizada pela reação dos moderados. Dias antes a Câmara Municipal do Recife encaminhou à presidência uma representação tratando dos perigos que um indivíduo como Antônio Seara no Comando das Armas traria para o sossego da província. Os vereadores pediam a suspensão da posse e a manutenção de José Joaquim. Outra sugestão era a de escolher um terceiro nome para ocupar o posto. No dia 15 de novembro, Manoel de Carvalho realizou uma sessão extraordinária do Conselho do Governo onde foi analisada a representação dos vereadores. O parecer dos conselheiros foi no sentido de recomendar ao presidente que não empossasse Seara e que conservasse no Comando das Armas a Joaquim Coelho, representando ao Governo Geral sobre a necessidade e conveniência dessa medida. No dia 27, quando o tenente coronel Seara se apresentou à presidência para assumir o seu posto, foi informado da decisão do Conselho.¹⁸

Por seu turno, os irmãos Machado Rios e o seu grupo defendiam a posse de Seara. O veto do governo provincial ao novo Comandante das Armas foi a razão alegada para se organizar uma ação dos guardas nacionais no dia 2 de dezembro, quando aconteceria a parada militar em homenagem ao aniversário de D. Pedro II. O objetivo era repetir o motim de janeiro. Na noite anterior ao desfile militar, Francisco Carneiro se reuniu com alguns oficiais da Guarda Nacional. Uma proclamação foi impressa e divulgada pela cidade sem que

contivesse assinaturas. Dirigida à Guarda Nacional e aos pernambucanos, acusava o governo por ter acatado uma representação de “um punhado de homens” que pedia para não empossar o tenente coronel Antônio Correia Seara, nomeado pela Regência. Estes mesmos homens pretendiam sustentar o então comandante, que cometeu os mesmos crimes do Seara durante a Confederação do Equador. Tal medida, caracterizada pela “odiosidade e falta de interesse público”, fez com que fosse preferido, em circunstâncias iguais, um brasileiro adotivo a um brasileiro nato. Isto revelava o “vasto plano” de uma traição premeditada. A proclamação defendia ainda que fosse nomeado um terceiro nome, evitando o derramamento de sangue e a continuidade “dessa facção dominante”. Se o Governo não atendesse a este pedido, sugeria aos cidadãos que sustentassem os seus direitos e não se deixassem dominar por uns poucos que rodeiam o Governo e pretendem decidir o seu destino.¹⁹ O plano dos exaltados acabou fracassando, pois no dia da parada a maior parte dos oficiais não aderiu.

Este evento mostra como as questões ideológicas eram facilmente colocadas de lado e as conveniências e interesses das facções ditavam as alianças e rompimentos na vida política da província, quiçá do Império. O mais lógico seria a oposição dos exaltados a Seara, por tudo o que ele representava de opressão contra os liberais que lutaram em favor da Confederação de 1824 e dos seus ideais. E os irmãos Machado Rios, juntamente com o seu grupo político, se consideravam herdeiros destes ideais. No entanto, o importante era desestabilizar o governo provincial e retirar do poder Manoel de Carvalho. Para esta missão, formou-se um arco de alianças até pouco tempo impensável, com os Cavalcanti apoiando as ações dos exaltados. O fracasso no dia 2 de dezembro não impediu que esta oposição persistisse em seus planos.

Frustrada a tentativa de reunião dos guardas nacionais, a reação de Manoel de Carvalho foi a de suspender Francisco Carneiro do comando da Legião do Recife e do seu posto de tenente coronel pelo prazo de um ano. Considerando a medida ilegal, Francisco decidiu resistir. Seus sentimentos, de fato, não eram dos melhores. Havia boatos de que andava prometendo vingança, motivado por uma rusga com alguns cidadãos que denominava de “Pais da Pátria” e que se opuseram aos seus planos do dia 2.²⁰ Foi nesta época que abriu sua tipografia e passou a imprimir o periódico *A Razão e a Verdade*, que serviu de meio para propagar as ideias dos exaltados e atacar Manoel de Carvalho.

Os boatos se comprovaram verdadeiros em janeiro de 1835. No dia 11, no acampamento da Tropa da Direita, em Alagoa dos Gatos, o 2º sargento de 1ª linha de Fernando de Noronha, José Pedro de Souza, e o também sargento da Companhia de

Artilharia, José Joaquim de Barros, lideraram um motim. Os soldados sofriam com o alastramento da varíola entre a tropa, a desorganização administrativa causada pelo transporte dos arquivos do acampamento levados por Antônio Carneiro quando seguiu para o Recife, além do atraso dos soldos de oficiais e soldados que se prolongava há vários meses, resultando em desabastecimento. Os amotinados, em torno de duzentos, decidiram marchar no dia seguinte para o Recife a fim de se apresentarem ao presidente da província, conduzindo quase como prisioneiros alguns oficiais. A presidência chegou a enviar o capitão Vicente José Ferreira de Moraes e o chefe de polícia para negociarem com os amotinados em Santo Antônio, propondo libertar os oficiais que se encontravam presos, marchar para a capital debaixo das ordens de novos oficiais, receber os soldos atrasados e seguir de volta à frente de batalha. A princípio, não aceitaram as condições do governo.²¹

A notícia do motim chegou ao Recife por volta do dia 17 e deixou a população e as autoridades alarmadas. Estavam bem presentes na memória os estragos provocados pelo motim da soldadesca durante a Setembrizada de 1831. Derramou-se um desassossego geral na cidade, há dias agitada pelas ameaças de uma próxima conspiração com o fim aparente de tirar da presidência a Manoel de Carvalho e pôr no Comando das Armas o tenente coronel Seara. O presidente agiu se prevenindo para evitar um rompimento, pondo pessoalmente na povoação dos Afogados uma guarnição para impedir que os sublevados entrassem na capital por ali. A Passagem da Madalena foi guarnecida com mais de cem guardas nacionais da povoação de Casa Forte. Passaram-se cinco dias com a capital vivendo nesta expectativa, estando o comércio paralisado. A população sabia quem eram os autores da conspiração e estes faziam questão de tornar conhecidas suas intenções, com linguagem subversiva e audaz. Escritos anárquicos foram derramados, proclamações incendiárias foram espalhadas e ninguém ignorava que os conspiradores esperavam unicamente pela aproximação dos insubordinados d'Alagoa dos Gatos para “arvorarem nesta Cidade o estandarte da desordem”.²²

No dia 21 de janeiro estourou a sedição. Duas proclamações foram espalhadas pela cidade, uma no dia 19 e outra no dia 20. As datas mostram que, se não estavam em conluio com os soldados de Lagoa dos Gatos, os irmãos Machado Rios pelo menos se aproveitaram da situação para agir. Nelas, os pernambucanos eram convocados a salvarem a província e a Pátria pegando em armas contra um presidente classificado como arbitrário, marionete de uma facção que controlava o governo na corte e traidor dos que outrora confiavam nele. Também

atacavam a Lei de 3 de outubro de 1834 (Lei dos Presidentes de Província), dizendo ter sido elaborada para anular os efeitos do Ato Adicional.²³

Segundo o relato do *Diário de Pernambuco*, a presidência já tinha conhecimento da preparação da rusga por parte dos irmãos Machado Rios. Na manhã do dia 21, Manoel de Carvalho determinou que todos os comandantes dos Batalhões da Guarda Nacional da cidade convocassem os seus subordinados a quem mais confiassem para que se postassem em frente ao Palácio do Governo. Às 14h ouviu-se o som de uma girândola de foguetes largada na casa de Francisco Carneiro. O governo então tocou o alarma na cidade. Pouco depois do aparecimento da girândola, Francisco Carneiro surgiu fardado, apesar de estar suspenso do exercício do posto de tenente coronel e comandante do Batalhão da Guarda Nacional de Santo Antônio. Acompanhado de 10 a 12 homens armados, a maior parte dos quais estavam de jaqueta e descalços, Francisco Carneiro chegou ao quartel da Guarda Nacional onde havia uma força sob o comando do capitão Silveira. Conseguiu levar consigo esta força, declamando contra o presidente, ameaçando atirar em quem tentasse impedi-lo e a quem não o acompanhasse. Enquanto isso, Antônio Carneiro marchava da Boa Vista para Santo Antônio com uma gente e alguns comparsas, estando entre eles seus irmãos João e Joaquim, alguns alferes e oficiais da Guarda Nacional. Ele deixou seu irmão João comandando um piquete que havia posto na ponte da Boa Vista e seguiu com a sua gente para as imediações do Palácio do Governo. O objetivo era impedir que as tropas legalistas se unissem. Os sediciosos cercaram, então, o Palácio, onde estava o presidente com apenas trinta soldados municipais. Por pouco não conseguiram invadi-lo, visto sua superioridade numérica. Manoel de Carvalho deu ordens para que os municipais abrissem fogo contra os sitiantes, que não ousaram tomar a ofensiva. Os sitiantes fugiram rapidamente, mas não foram perseguidos pelos municipais por estarem estes em pequeno número. A tarde se passou sem que o governo tivesse tropa suficiente para tomar a iniciativa. Finalmente, às 19h, chegou dos Afogados o tenente coronel Joaquim Canuto de Figueredo, à frente do Batalhão da Várzea. Incorporadas a esta tropa estavam as duas Companhias da Casa Forte, sob as ordens do major Mascarenhas, e parte da Guarda Municipal. Os sediciosos, diante de tanta força, resolveram fugir para a Boa Vista. O governo preparou durante a noite um ataque previsto para o dia seguinte. O próprio Manoel de Carvalho foi quem o comandou. Ao avistarem as tropas legalistas, os sediciosos fugiram em debandada. Eles só não foram alcançados por falta de uma cavalaria. Perseguidos até o Poço da Panela, ali a tropa dos irmãos Machado Rios se dispersou completamente.²⁴

Apesar de toda confusão, não houve mortos nos embates entre tropas do governo e os sediciosos. O governo saiu vencedor, mas era sentimento geral que uma nova rusga aconteceria. Além das medidas de praxe para prender os envolvidos na rusga, Manoel de Carvalho resolveu se precaver. Ordenou que uma Companhia completa de municipais permanentes fosse postada em frente ao Palácio do Governo por tempo indeterminado. Deu ordens também para que o armamento existente no Forte das Cinco Pontas fosse transferido para a escuna Vitória, recomendando ao comandante das Forças Marítimas que a tivesse em “boa guarda”. E mandou, enfim, a este mesmo comandante que fizesse estacionar a escuna Fluminense na Praia do Colégio, próxima à ponte que ligava os bairros de Santo Antônio e Recife.²⁵

Os irmãos Machado Rios aproveitaram o tratamento indulgente dado pelo governo e a leniência de muitos juízes de paz para promover nova rusga. Notícias vindas do Pará, publicadas na imprensa no dia 13 de março, davam conta dos distúrbios ocorridos naquela província e da luta entre forças ligadas a moderados e exaltados, resultando no assassinato do presidente e do comandante das Armas, sendo este o pernambucano José Joaquim da Silva Santiago. Isto parece ter dado novo ânimo aos Carneiros. Neste meio tempo, *A Voz e a Verdade* retomava os seus ataques ao governo. Denunciava que Manoel de Carvalho aproveitava a ocasião para se vingar dos “patriotas”. Para tanto, trouxe de Goiana o juiz de direito Nunes Machado, cuja missão seria revisar os processos julgados improcedentes. E com o fim de angariar o apoio de camadas sociais mais baixas, o periódico dos Carneiros divulgava em suas folhas o boato sobre um golpe arquitetado pelo governo contra a gente de cor, os pretos e os pardos, que os portugueses chamavam de “canalha, gente de faca e de cacete, que não quer senão roubar”. Depois de agarrados, eles seriam enviados para o Rio Grande do Sul e Montevideu, estando apenas por aguardar o retorno da fragata que fora levar o presidente da província do Maranhão.²⁶

Os Carneiros reapareceram na madrugada do dia 17 de março. Liderando os sediciosos, atacaram um piquete do Batalhão de Guarda Nacional do Poço da Panela, mataram dois soldados e se apoderaram de armas e munições. Com a chegada da tropa do governo, fugiram. Alcançaram a vila de Goiana no dia 20 e lá receberam apoio dos Lins, que se encontravam em luta contra a facção liderada pelo juiz de direito Joaquim Nunes Machado. Depois de um tiroteio contra as forças governistas locais, conseguiram se apossar da vila e dali preparar o retorno à capital. Um dos Carneiros teve sucesso em seguir à povoação de Pedras de Fogo e angariar apoio de mais 60 homens. Quando estavam em marcha para o

Recife, a tropa enviada pelo governo conseguiu batê-los e espalhar suas forças. Finalmente, acossados nas matas de Beberibe, os Carneiros dispersaram os seus homens.²⁷

Um último foco de resistência surgiu ainda na região da mata norte. Sediciosos sob o comando do senhor do engenho Catu, Manoel Cavalcanti, se reuniram no engenho Crussahi e estavam aliciando gente com o fim de “anarquizar a Província”, ameaçando atacar a vila de Pau d’Alho. A presidência deu ordens para que o Comandante das Armas, José Joaquim Coelho, fizesse marchar uma “força suficiente para destroçar” os novos sediciosos. Uma tropa foi reunida sob o comando do tenente coronel da Guarda Nacional do Poço da Panela, Luiz Alves Mascarenhas, e enviada. Porém, nem precisaram entrar em confronto, pois os revoltosos não encontraram apoio nas autoridades locais da vila de Pau d’Alho e se dispersaram antes mesmo da chegada da força legalista.²⁸

Terminavam, assim, as Carneiradas de janeiro e de março de 1835. Com base no que consta na documentação, podemos observar que os Carneiros não agiram de improviso, mas planejaram com antecedência suas ações. O improviso não permitiria que alcançassem relativo sucesso e que chegassem tão perto da tomada do Palácio de Governo.

A análise destes eventos implica fazer algumas considerações. Inicialmente é preciso atentar para a atuação dos Carneiros junto aos guardas nacionais. Fazia um bom tempo que a Guarda Nacional da capital se tornara uma dor de cabeça para o governo provincial. Em setembro de 1833, o então presidente da província, Manoel Zeferino dos Santos, encaminhou ao Ministério da Justiça um ofício relatando o “escandaloso” procedimento do tenente coronel comandante do Batalhão do bairro de Santo Antônio. Era ele justamente Francisco Carneiro Machado Rios.²⁹

Tudo teve início por volta do dia 12 daquele mês, quando um cabo da Guarda Nacional prendeu, por ordem do comandante de sua Companhia, o vice-cônsul da Rússia no Recife, José Cândido de Carvalho Medeiros, por faltar ao serviço da Guarda. José Cândido foi encaminhado para a prisão onde normalmente ficavam recolhidos os soldados. O problema era a existência de uma ordem anterior da Regência isentando o vice-cônsul de tal serviço. Imediatamente Manoel Zeferino ordenou que ele fosse solto. No dia seguinte, pelo entardecer, chegava ao Recife um navio trazendo a bordo o bispo da Diocese e chefe da Igreja em Pernambuco. Como de praxe, uma guarda militar faria as honras no desembarque. A presidência deu ordens naquela mesma noite para que o Batalhão de Santo Antônio se reunisse e cumprisse tal missão na manhã do dia 14. Como estavam ausentes da capital o coronel chefe da Legião e o major do Batalhão, sobrou para o tenente coronel Francisco

Carneiro cumprir a ordem. Para escândalo do presidente, a ordem simplesmente não foi cumprida. O bispo teve que desembarcar sem escolta alguma. Na sua justificativa, Francisco Carneiro argumentou que era inconstitucional tal procedimento da Guarda Nacional, uma vez que não foi para isso que havia sido criada. Mas neste mesmo ofício ele deixava claro o real motivo de ter descumprido a ordem da presidência: era uma retaliação pela maneira como Manoel Zeferino agiu no caso do vice-cônsul russo. Na visão do tenente coronel, o presidente faltou com o respeito à hierarquia por dois motivos: não procurou saber por ele sobre as razões daquela prisão e deu ordens para a soltura, coisa que cabia a ele, Francisco Carneiro, como comandante do Batalhão, fazer. Dizia ainda que desconhecia a ordem da Regência que isentava o vice-cônsul do serviço. E finalizava: “Ora tendo sucedido isto ontem, como queria S. Ex.^a que hoje houvesse formatura para fazer cortejos a S. Ex.^a Romana?”.³⁰

O caso acabou sendo levado ao Conselho do Governo, mas parece não ter dado em nada. Um ano depois, o mesmo Francisco Carneiro continuava à frente do mesmo Batalhão de Santo Antônio. Seu irmão, Antônio Carneiro, era o tenente coronel comandante do Batalhão da Boa Vista. Ambos tinham boa articulação com outros oficiais e a soldadesca. Isso possibilitou que suas forças, durante as Carneiradas de 1835, fossem compostas em parte por elementos ligados a esta instituição.

No dia 21 de janeiro, quando saiu da Boa Vista em direção ao Palácio, Francisco Carneiro estava acompanhado de três alferes, de um capitão e de um tenente da Guarda Nacional. A estes se uniu o tenente Raimundo da Silva Maia, que até então lutava entre os legalistas e acabou por se bandear para o lado dos sediciosos. Este mesmo procedimento foi seguido por outros guardas nacionais. O juiz de paz do 1º distrito do bairro de Santo Antônio, Antônio da Silva Gusmão, pronunciou, além dos dois Carneiros, mais onze oficiais da Guarda Nacional, sendo cinco capitães, cinco alferes e um tenente. Entre eles estavam dois irmãos de Antônio e Francisco Carneiro: o capitão Joaquim Carneiro e o alferes João Carneiro Machado Rios.³¹

Mesmo com este apoio, o número de sediciosos parece não ter ultrapassado o número de duzentos. Mas em relação à Guarda Nacional, mais importante do que a participação efetiva foi o não comparecimento ao lado das tropas governistas. Foi fato o não atendimento dos guardas dos três bairros da capital (Recife, Santo Antônio e Boa Vista) à convocatória da presidência para lutarem contra os sediciosos. O *Diário de Pernambuco* disse que o procedimento da Guarda Nacional foi vergonhoso e que ela não cumpriu com o seu dever. Os guardas nacionais que estavam aquartelados desertaram e se esconderam.³² Em seu discurso

na abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial, o próprio Manoel de Carvalho reconheceu esta realidade. Segundo ele, a ação dos sediciosos foi facilitada pelo desleixo e pouco interesse de certas autoridades responsáveis pela manutenção da ordem. Assumindo uma conduta criminosa, a Guarda Nacional da capital abandonou os seus postos nos momentos em que dela mais se necessitava. Os destacamentos que socorreram o governo foram os dos arrabaldes (Várzea, Casa Forte e Poço da Panela) e da vila do Cabo. Tanto que foi a eles que Manoel de Carvalho dirigiu uma fala de agradecimento.³³

A maneira como os guardas nacionais das três principais freguesias da capital se comportaram provocou reações no governo. Procurou-se reformular a estrutura e nomear pessoas de confiança para os postos de comando, até onde a lei permitia. A primeira providência foi tomada um mês após a primeira Carneirada. O município do Recife, que antes tinha apenas uma Legião, passaria a ter três. A 1ª Legião englobaria os Batalhões dos bairros do Recife e Santo Antônio. A 2ª Legião abrangeria os Batalhões da Boa Vista, Boa Viagem, Várzea e Jaboatão. A 3ª Legião, por sua vez, teria os Batalhões de Olinda, Poço da Panela e Aflitos sob sua jurisdição. Além disso, foram nomeados outros indivíduos para postos de oficiais da Guarda Nacional do município, ficando o coronel Francisco Jacinto Pereira no posto de comandante superior das Legiões do Recife.³⁴

O Corpo de Municipais Permanentes também foi outro alvo na tentativa de angariar apoio por parte dos Machado Rios. Há referência sobre dois soldados desta corporação que se bandearam para o lado dos insurgentes. A corporação e seus oficiais eram alvos do assédio dos Carneiros.³⁵ Mas no geral os municipais permaneceram fiéis ao governo. O insucesso da empreitada dos Carneiros parecer ter sido causado por uma traição do 2º comandante daquele Corpo, José Luiz Beltrão Mavignier. Ao invés de aderir à sedição, acabou marchando contra os sediciosos a partir dos Afogados. Sua atuação em favor do governo valeu uma menção por parte do Comando Geral.³⁶ Mas também, segundo o periódico dos Carneiros, a ação do presidente sobre um oficial determinou os rumos dos demais. Na manhã do dia 21 de janeiro, mesmo dia em que teve início a sedição, Manoel de Carvalho demitira o capitão de municipais, Francisco de Barros Falcão, por ele ter dito em confidência a um amigo que o delatou que seria uma crueldade atacar os miseráveis soldados que vinham do acampamento de Lagoa dos Gatos. Vendo os demais oficiais do Corpo de Municipais o que aconteceu com um companheiro de conduta tão ilibada, temeram e resolveram se conservar fiéis às ordens do presidente. E foram os Municipais que impediram, de início, a derrota do governo. Se não fosse pela lealdade de seus oficiais, Manoel de Carvalho teria sido encurralado na investida

dos sediciosos ao Palácio do Governo, em janeiro. Destaque para a atuação do comandante geral, Francisco Antônio de Sá Barreto. Um ano antes, ainda na reunião dos guardas nacionais que acabou com a queda de Francisco de Paula, Sá Barreto colocava à disposição do governo a sua força em prol da manutenção da ordem, garantindo que nos corações dos oficiais e guardas municipais “jamais entrará desejos de restauração, e menos espírito de anarquia”.³⁷

Na tropa de 1ª linha também houve adesões aos Carneiros. No ataque de março ao piquete da Guarda Nacional do Poço da Panela havia oficiais desta tropa. Os Carneiros também buscaram apoio na população civil. Parte de seus combatentes era formada por civis, especialmente de integrantes de camadas sociais mais baixas. Os Carneiros marcharam pelas ruas da capital com guardas nacionais e “povo armado”. Francisco Carneiro chegou ao Quartel da Guarda Nacional da Boa Vista acompanhado de homens “de jaqueta e descalços”. Segundo seus adversários, os irmãos agiam através de sociedades secretas, promovendo o “cisma” entre os homens de cor e buscando o seu apoio. O próprio Manoel de Carvalho afirmou que eles trabalhavam espalhando doutrinas falsas e subversivas no meio da população, imputando ao governo a origem de todos os males.³⁸ Este caráter popular dos Machado Rios os acompanhará ao longo de suas trajetórias políticas.

É preciso também considerar a atuação dos juízes de paz naqueles eventos. Manoel de Carvalho começou a perceber que a tarefa de punir os responsáveis não seria fácil ainda em dezembro de 1834. Dada a ordem ao chefe de polícia do Recife para proceder contra os líderes da tentativa de reunião dos guardas nacionais do dia 2, simplesmente quatro juízes de paz se deram como suspeitos para pronunciar o processo. O que aceitou a incumbência foi João Manoel Mendes da Cunha e Azevedo, juiz do 2º distrito da Boa Vista. No entanto, não julgou conforme a presidência esperava: considerou o processo improcedente, “a despeito das Leis” e “sem o menor fundamento”. O presidente o acusou de ter agido assim por apoiar os sediciosos.³⁹ Vale salientar que a Boa Vista era e continuaria sendo uma área de atuação política de Antônio Carneiro Machado Rios.

Após a Carneirada de janeiro de 1835, houve denúncia de que os Carneiros foram ajudados pela maioria dos juízes de paz da capital. Poucos deles os pronunciaram, apesar de terem feito tudo à luz do dia e seu comportamento ser conhecido da população. A documentação revela que dois juízes de paz tiveram a coragem de pronunciá-los a prisão. Um deles já foi citado, o do 1º Distrito de Santo Antônio, Antônio da Silva Gusmão. O outro era um jovem estudante do Curso Jurídico de Olinda e já envolvido na lida política: Felipe Lopes Neto, suplente do 2º distrito do Sacramento. Nenhuma autoridade policial se atrevia a prendê-

los, mesmo pronunciados, e quase todas as noites os Carneiros eram encontrados nas ruas, passando o dia em suas casas. Estas só foram varejadas no dia 12 de março.⁴⁰

Na Carneirada de janeiro, apenas um juiz de paz foi mencionado nos relatos como tendo agido contra os sediciosos: novamente Antônio da Silva Gusmão. Quando Francisco Carneiro e seus homens saíram do Quartel da Guarda Nacional em direção ao Palácio do Governo, se depararam com Antônio Gusmão na Praça do Livramento arregimentando moradores para defenderem o governo. Mesmo sozinho, o juiz de paz repreendeu Francisco e, em nome da presidência, lhe deu voz de prisão. Os homens que acompanhavam o irmão Machado Rios só não o espingardearam naquele momento graças à intervenção do seu líder.⁴¹ Mas esta atitude de Antônio Gusmão foi isolada. Na avaliação do *Diário de Pernambuco*, durante as duas Carneiradas uma parte dos juizes de paz ficou indiferente. Outra ficou “neutra”, pois não queria se comprometer. A folha conclui afirmando: havia um “patronato” que levava os culpados a não serem punidos.⁴²

Por sua vez, o governo provincial procurou agir. O promotor público interino do Recife, Filipe Lopes Neto Junior, oficiou a todos os juizes de paz da capital para informar se estavam procedendo contra os autores da Carneirada de 21 de janeiro. Insatisfeito e desconfiado, Paes de Andrade acabou por suspender alguns deles. O do 1º Distrito de Itamaracá foi suspenso por desobediência às ordens legais. Outro juiz de paz suspenso foi o do 5º Distrito das Cinco Pontas, Rodolfo João Barata de Almeida. As razões: por “conveniência com os sediciosos, e protegê-los contra seus deveres como juiz.”⁴³

Um terceiro juiz de paz suspenso e processado foi João Domingues da Silva, do 1º Distrito do Sacramento da Boa Vista. Segundo a acusação feita pelo próprio Manoel de Carvalho Paes de Andrade, era público o fato de o dito juiz tramar contra “a atual forma de Governo, protegendo quanto cabe ao seu alcance a facção desorganizadora.”⁴⁴ Quem conduziu o processo foi o juiz de paz suplente, Antônio José da Costa, tendo início no dia 4 de abril de 1835. Foram ouvidas cinco testemunhas, todas moradoras do referido distrito. Entre elas estava ninguém menos que o médico Dr. Antônio Peregrino Maciel Monteiro, então um dos representantes da província na Câmara dos Deputados e aliado dos Cavalcanti. Assim como os demais, confirmou que João Domingues sempre prezou por obedecer ao governo e às ordens que lhes eram transmitidas, negando qualquer envolvimento com os sediciosos. Na sua defesa, o juiz de paz se mostrou indignado pelo fato de o presidente ter dado ouvidos a uma acusação falsa e caluniosa, não revelando quem era o seu autor. Cutucou Manoel de Carvalho ao lembrar que aquela sedição era semelhante à que ocorreu em janeiro

de 1834, tendo os mesmos fins e os mesmos chefes, os quais à época eram seus “especiais, e íntimos amigos”.

A documentação não aponta qualquer vestígio de punição concreta para os juízes de paz pretensamente envolvidos com a sedição. Que alguns participaram ou, no mínimo, foram omissos, a dimensão daquele evento certifica. Praticamente nenhum dos líderes foi preso ou punido. No entanto, era algo de difícil comprovação, tornando-se quase impossível fazê-lo devido às relações clientelistas. As testemunhas simplesmente não queriam se comprometer. Criava-se um manto de proteção em torno de determinadas autoridades. Os irmãos Carneiros permaneceram escondidos e intocáveis.

Mas se a liderança se livrou de punições, o mesmo não pode ser dito dos indivíduos de menor projeção. Uma parte dos prisioneiros envolvidos nas Carneiradas foi enviada para embarcações, onde seriam mantidos em segurança, mas não em ferros. Entre eles estavam os amotinados da Lagoa dos Gatos, que marcharam para o Recife e se renderam ainda quando passavam pela vila de Santo Antônio. Foram presos e enviados à capital, aonde chegaram por volta do dia 27 de janeiro. O destino daqueles homens foi definido pelo governo: formariam uma Companhia a ser enviada para o Rio Grande do Sul. Dificilmente voltariam a pôr os pés em Pernambuco. Os líderes do motim, os sargentos José Joaquim de Barros e José Pedro de Sousa, continuaram presos em Recife.⁴⁵

Uma das prisões mais rumorosas foi a de Antônio de Barros Falcão d’Albuquerque Maranhão. Ela simbolizava a ruptura entre Manoel de Carvalho e parte dos seus antigos aliados de 1824. Segundo o próprio Antônio de Barros, sua prisão ocorreu sem que fosse em flagrante delito. Assim permaneceu por oito dias, sem culpa formada, só depois sendo encaminhado para o juiz de direito e chefe de polícia, Nunes Machado. O Tribunal da Relação de Pernambuco chegou a questionar, junto à presidência, a legalidade da prisão, recebendo como resposta que a causa da mesma foi por conta de sua conivência com os sediciosos de 21 de janeiro. Antônio de Barros acusou o presidente de déspota, se perguntando por que os pernambucanos, chamados de manada de escravos, ainda não se rebelaram contra esta escravidão. Dizia ser taxado de sedicioso, coisa que ele foi em 1824 quando sustentou Manoel de Carvalho no governo, que o abandonou covardemente.⁴⁶

Apesar destas prisões, no final de tudo o sentimento era de impunidade. O próprio Manoel de Carvalho vaticinara: “Fiz o que dependia da ação deste Governo; o mais depende de outro Poder. Praza aos Céus, que a impunidade não continue. E se continuar, perda será esta Província e quiçá todo o Brasil.”⁴⁷ Indignado mesmo ficaria o comandante em chefe das

tropas estacionadas em Água Preta, Joaquim José Luiz de Souza. Em ofício ao comandante das Armas e utilizando de ironia, ele comentava a sentença do Conselho de Guerra que inocentou os dois sargentos que participaram do motim de Lagoa dos Gatos, Honorato Joaquim Borges e Francisco de Freitas Padilha. Em seus 28 anos de carreira militar, aprendia com aquela sentença serem insuficientes mais de duas testemunhas para condenar oficiais sublevados.⁴⁸

Desta forma, as Carneiradas não foram nem uma mera aventura política, como apontou Alfredo de Carvalho, nem um movimento rudimentar e pré-político, como classificou Mário Márcio. A sedição liderada pelos Machado Rios é melhor entendida quando contrastada com o pano de fundo político que se vivia à época, tanto na província quanto no Império. Fazendo isto perceberemos alguns elementos caracterizadores dos eventos de 1834/35. Socorro Ferraz apontou um caminho quando enxergou a articulação entre as Carneiradas e a luta política que se desenrolava na corte.⁴⁹ Não se pode desvincular estes reflexos de lutas locais e regionais, com a luta que era travada pelos partidos políticos na capital do Império. Em uma relação dialética, os eventos em Pernambuco influenciaram decisões no Rio de Janeiro, assim como as mudanças promovidas pelas disputas na corte atingiam fortemente as relações de poder locais.

O caráter aventureiro atribuído por Alfredo de Carvalho às Carneiradas e aos irmãos Machado Rios não se sustenta. Suas ações foram desenvolvidas dentro de uma lógica de luta entre facções políticas e tinham objetivos claros: derrubar um presidente de província e enfraquecer o lado adversário. Houve um planejamento das ações. Primeiro, formando um arco de alianças com outros grupos insatisfeitos com o governo provincial, a exemplo da facção Cavalcanti. Depois, arregimentando o apoio de elementos que contribuíssem para a luta armada, como oficiais e soldados da Guarda Nacional e do Corpo de Municipais Permanentes. Outras autoridades foram aliciadas (especialmente os juízes de paz). Por fim, a luta em torno da opinião pública também foi levada em conta. O instrumento utilizado foi o periódico *A Razão e a Verdade*, lançado em dezembro de 1834 pelos irmãos Machado Rios justamente no momento de maior radicalização da sua luta contra Manoel de Carvalho.

Até mesmo o caráter derrotista das Carneiradas deve ser relativizado. Os Carneiros e seus aliados de ocasião, como os Cavalcanti, não atingiram de imediato o seu intento principal: tirar à força Manoel de Carvalho da presidência. Mas ele acabou saindo por ordem do próprio Gabinete. Este já não era o mesmo que o havia nomeado, o de 10 de outubro de 1833. O novo assumiu no dia 20 de janeiro de 1835, liderado por Manuel Alves Branco, na

pasta da Justiça, e por Joaquim Vieira da Silva e Souza, na do Império. No dia 20 de fevereiro, o Ministro do Império enviava ordens para que Manoel de Carvalho fosse à corte a fim de tomar posse na sua vaga no senado.⁵⁰ O novo Gabinete não contava com sua continuidade à frente da província, coisa que legalmente poderia ser conseguida. Se ele já havia sido dispensado da legislatura de 1834, o que custaria continuar como presidente, logo agora que havia dado mostras de força contra adversários locais? Se o Gabinete estava descontente, as Carneiradas teriam sido fundamentais para queimar a imagem de Paes de Andrade diante do novo ministério. Era preciso serenar os ânimos em Pernambuco, coisa que a presença e as atitudes do então presidente após as Carneiradas não contribuiriam para que acontecesse. É bom lembrar que a Regência se via às voltas com uma difícil situação no Pará, com o perigo de se alastrar para províncias vizinhas. Some-se a isto o fato de que as Carneiradas significaram para os moderados pernambucanos a união dos seus opositores e o seu isolamento político na província. Pior ficaria: o novo presidente escolhido pela Regência para substituir Manoel de Carvalho foi Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o mais velho dos irmãos Cavalcanti. Desta forma, as Carneiradas significaram ao mesmo tempo o ápice do poder moderado em Pernambuco e o início do seu declínio.

Os eventos de 1834/35 em Pernambuco, portanto, foram fruto do seu tempo. Inseridos em uma luta renhida pelo controle político da província de Pernambuco, carregavam em si uma coerência própria. Esta girava em torno da luta pura e simples pelo poder, o que resultaria no controle de nomeações, acesso aos recursos do Estado, influência política e domínio do aparelho repressivo estatal. As Carneiradas revelam, assim, as múltiplas estratégias das facções políticas pernambucanas pela sobrevivência em meio aos conturbados anos da Regência.

* Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco e professor do Instituto Federal da Bahia.

¹ Laboratório de Pesquisa Histórica da UFPE (LAPÉH), Diário de Pernambuco, 30/01/1835, nº 593.

² CARVALHO, Alfredo de. As Carneiradas: episódios da Guerra dos Cabanos (1834-1835). *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, vol. XIII, nº 74, p. 46-122 e 594, dezembro de 1908.

³ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. As Carneiradas. *Clio – Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: UFPE, nº 3, p. 91-103, 1980.

⁴ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 2.ed. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte/FUNDARPE, 1983. v.9. p. 443. *Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres*. Recife: Typographia Universal, 1882. p. 653-660.

⁵ LAPÉH, Diário de Pernambuco, 12/01/1834, nº 292.

⁶ Diário de Pernambuco, 20/06/1835, nº 107.

⁷ Diário de Pernambuco, 18/01/1834.

⁸ Diário de Pernambuco, 20/01/1834; 20/06/1835, nº 107.

⁹ Quando morreu, o Coronel Suassuna, pai dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, deixou para cada filho 833\$166 réis. Um dos filhos, Francisco de Paula (futuro Visconde de Suassuna), ficou com parte do Engenho Suassuna. Este, quando morreu em 1880, tinha sete engenhos e um palacete. Outro irmão, Pedro Francisco (futuro Visconde de Camaragibe) morreu em 1875 dono de três engenhos. CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque* (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. p. 22-23, 82-87.

¹⁰ LAPEH, Diário de Pernambuco, 14/03/1832, nº 335. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), O Velho Pernambucano, 19/03/1835, nº 02; 04/04/1835, nº 06.

¹¹ APEJE, A Razão e a Verdade, 28/02/1835, nº 09.

¹² LAPEH, Diário de Pernambuco, 17/03/1834, nº 345; 28/04/1834, nº 376, sessão Pernambuco.

¹³ LAPEH, Diário de Pernambuco, 05/11/1834, sessão Publicação a Pedido; 06/11/1834, sessão Publicação a Pedido; 19/11/1834, Governo da Província, expediente do dia 14 de novembro.

¹⁴ LAPEH, Diário de Pernambuco, 09/04/1834, nº 360.

¹⁵ LAPEH, Diário de Pernambuco, 26/08/1834, nº 470, sessão Comunicados. Vale lembrar que em 1847 os praieiros acusaram Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Suassuna, de apoiar os Carneiros na luta contra Paes de Andrade. CADENA, op. cit., p. 131.

¹⁶ Em setembro ele havia substituído interinamente a Manoel de Carvalho por este encontrar-se enfermo. Ver LAPEH, Diário de Pernambuco, 25/09/1834, nº 495, sessão da Câmara Municipal do Recife de 13/09/1834.

¹⁷ LAPEH, Diário de Pernambuco, 06/11/1834.

¹⁸ LAPEH, Diário de Pernambuco, 07/11/1834, sessão Interior; 17/11/1834, sessão Pernambuco; 28/11 e 01/12/1834, Governo da Província, expediente do dia 27/11/1834.

¹⁹ LAPEH, Diário de Pernambuco, 04/12/1834, Proclamação do dia 02/12/1834.

²⁰ LAPEH, Diário de Pernambuco, 06/12/1834.

²¹ LAPEH, Diário de Pernambuco, 20/01/1835, nº 585, sessão Artigos de Ofício; 22/01/1835, nº 587. Ver também ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. 2.ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. p. 189-190.

²² LAPEH, Diário de Pernambuco, 22/01/1835, nº 587.

²³ LAPEH, Diário de Pernambuco, 27/01/1835, nº 590, proclamações das Carneiradas.

²⁴ LAPEH, Diário de Pernambuco, 24/01/1835, nº 588.

²⁵ LAPEH, Diário de Pernambuco, 27/03/1835, nº 43, Governo da Província, expediente do dia 12/03/1835; 28/03/1835, nº 44, Governo da Província, expediente dos dias 13 e 14/03/1835; 23/03/1835, nº 40, Governo da Província, expediente dos dias 09 e 10/03/1835.

²⁶ APEJE, A Razão e a Verdade, 17/02/1835, nº 08.

²⁷ LAPEH, Diário de Pernambuco, 18/03/1835, nº 37; 20/03/1835, nº 38; 23/03/1835, nº 40; 30/03/1835, nº 45.

²⁸ LAPEH, Diário de Pernambuco, 31/03/1835, nº 46; 03/04/1835, nº 49, Governo da Província, expediente do dia 02/04/1835; 07/04/1835, nº 52, Governo da Província, expediente do dia 04/04/1835; 08/04/1835, nº 53.

- ²⁹ APEJE, Correspondências para a Corte, vol. 34, p. 21-22. Ofício do Presidente da Província de Pernambuco, Manoel Zeferino dos Santos, para o Ministro da Justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em 17/09/1833.
- ³⁰ APEJE, Diversos I, v.21, p. 109-110. Ofício do Tenente Coronel Comandante do Batalhão da Guarda Nacional de Santo Antônio, Francisco Carneiro Machado Rios, para o Coronel Chefe da Legião do Recife, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 14/09/1833.
- ³¹ LAPEH, Diário de Pernambuco, 24/01/1835, nº 588; 23/03/1835, nº 40. APEJE, Juizes de Paz, vol. 8, p. 78. Ofício do juiz de paz do 1º Distrito do Colégio, Antônio da Silva Gusmão, para o Presidente da Província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 14/02/1835.
- ³² LAPEH, Diário de Pernambuco, 18/03/1835, nº 37; 23/03/1835, nº 40.
- ³³ LAPEH, Diário de Pernambuco, 06/04/1835, nº 51; 31/01/1835, nº 594.
- ³⁴ LAPEH, Diário de Pernambuco, 27/01/1835, nº 590, Governo da Província, expediente do dia 19/01/1835; 30/03/1835, nº 454, Governo da Província, expediente dos dias 14 e 20/03/1835.
- ³⁵ LAPEH, Diário de Pernambuco, 24/03/1835, nº 41. APEJE, O Velho Pernambucano, 23/03/1835, nº 03. Sobre os Municipais Permanentes, ver SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do séc. XIX (1830-1850)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- ³⁶ APEJE, A Razão e a Verdade, 14/03/1835, nº 11. LAPEH, Diário de Pernambuco, 31/01/1835, nº 594.
- ³⁷ APEJE, A Razão e a Verdade, 14/03/1835, nº 11. LAPEH, Diário de Pernambuco, 17/01/1834.
- ³⁸ APEJE, O Velho Pernambucano, 23/03/1835, nº 03, artigo Carneiradas. A Razão e a Verdade, 14/03/1835, nº 11. LAPEH, Diário de Pernambuco, 24/01/1835, nº 588; 06/04/1835, nº 51, discurso do Presidente da Província na abertura da Sessão Legislativa da Assembleia Provincial.
- ³⁹ APEJE, Registros de Ofícios, vol. 7/1, p. 1-2. Ofício do Presidente da Província de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, para o Ministro do Império, Antônio Pinto Chichorro da Gama, em 17/01/1835.
- ⁴⁰ APEJE, Juizes de Paz, vol. 8, p. 78. Ofício do juiz de paz do 1º Distrito do Colégio, Antônio da Silva Gusmão, para o Presidente da Província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 14/02/1835; Juizes de Paz, vol. 8, p. 90. Ofício do juiz de paz suplente do 2º Distrito do Sacramento, Felipe Lopes Neto, para o Presidente da Província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 16/02/1835. APEJE, O Velho Pernambucano, 23/03/1835, nº 03, artigo Carneiradas.
- ⁴¹ LAPEH, Diário de Pernambuco, 23/03/1835, nº 40.
- ⁴² LAPEH, Diário de Pernambuco, 24/01/1835, nº 588.
- ⁴³ LAPEH, Diário de Pernambuco, 11/02/1835, nº 08; 31/03/1835, nº 46, Governo da Província, expediente dos dias 20 e 21/03/1835.
- ⁴⁴ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), FIA, CX 09/12 DOC/1842. Processo contra o juiz de paz da Boa Vista, João Domingues da Silva.
- ⁴⁵ LAPEH, Diário de Pernambuco, 28/01/1835, nº 591; 02/03/1835, nº 23, Governo da Província, expediente do dia 13/02/1835; 04/04/1835, nº 50, Governo da Província, expediente do dia 02/04/1835.
- ⁴⁶ LAPEH, Diário de Pernambuco, 08/04/1835, nº 53, sessão Correspondências; 04/04/1835, nº 50, Governo da Província, expediente do dia 02/04/1835; 08/04/1835, nº 53, sessão Correspondências.
- ⁴⁷ APEJE, Registros de Ofícios, vol. 7/1, p. 5-6. Ofício do Presidente da Província de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, para o Ministro do Império, Joaquim Vieira da Silva e Souza, em 18/05/1835.
- ⁴⁸ LAPEH, Diário de Pernambuco, 05/10/1835, nº 188, sessão Comando das Armas.

⁴⁹ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. *Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. p. 205-206. Segundo a autora, as Carneiradas foram uma tentativa de preenchimento do vazio de poder provocado pelos conflitos entre as frações de classe dominante do norte e do sul do Império; e um reflexo da insatisfação das populações urbanas com a maneira pela qual os dirigentes políticos lidavam com as questões econômica e social da província de Pernambuco.

⁵⁰ LAPEH, Diário de Pernambuco, 04/04/1835, nº 50, Artigo de Ofício.